

*Termos de inclusão*



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS

EDITORIA  
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

*Paulina L. Alberto*

# *Termos de inclusão*

INTELECTUAIS NEGROS BRASILEIROS  
NO SÉCULO XX

*Tradução*

Elizabeth de Avelar Solano Martins

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

---

AL14t     Alberto, Paulina L.  
          Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX /  
          Paulina L. Alberto; tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. –  
          Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

          1. Raça negra. 2. Movimento negro. 3. Democracia racial. 4. Cultura  
          afro-brasileira. 5. Imprensa dos negros. I. Martins, Elizabeth de Avelar  
          Solano. II. Título.

CDD - 305.896  
          - 323.12  
          - 305.8981  
          - 398.042  
          - 305.896

ISBN 978-85-268-1386-1

---

Título original

*Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil* by Paulina L. Alberto.  
Copyright © 2011 by the University of North Carolina Press.

Published in the Portuguese language by arrangement with the University of North Carolina  
Press, Chapel Hill, North Carolina, 27514 USA [www.uncpress.unc.edu](http://www.uncpress.unc.edu)

Publicado no idioma português por acordo com a University of North Carolina Press,  
Chapel Hill, North Carolina, 27514 USA [www.uncpress.unc.edu](http://www.uncpress.unc.edu)

Copyright © 2017 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão, 2020

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas  
neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não  
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728  
[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

*Aos meus pais, com muito amor.*



## *Agradecimentos*

Por financiar minha pesquisa em várias fases, sou grata ao Social Science Research Council, à Josephine de Kármán Foundation, ao Departamento de História da Universidade da Pensilvânia, e, na Universidade de Michigan, ao Departamento de História, ao Rackham Graduate School e ao Eisenberg Institute for Historical Studies.

Durante os muitos anos em que estive no Departamento de História da Universidade da Pensilvânia, acumulei mais ganhos do que posso agradecer aqui. Gostaria de começar por expressar minha gratidão aos excelentes professores que me inspiraram, ainda na graduação, a me tornar uma pesquisadora e professora: John Richetti, Peter Stallybrass, Sumathi Ramaswamy, Lynn Hunt e, acima de tudo, Lynn Lees. Na pós-graduação, Nancy Farriss e Ann Farnsworth-Alvear me apresentaram (de novo) à América Latina, enquanto Lee Cassanelli, Drew Faust e Sheldon Hackney enriqueceram a minha compreensão da história para além dessa região. Steve Feierman me ensinou que fazer história significa se esforçar para entender por que as pessoas fizeram determinadas escolhas em determinadas circunstâncias.

Agradeço, por fim, aos membros da minha banca (da Penn e de outras universidades) – Ann Farnsworth-Alvear, Jeremy Adelman, Barbara Savage e Barbara Weinstein – por sua generosidade, orientação e críticas inestimáveis numa fase anterior do projeto que originou este livro. Com nostalgia e carinho, agradeço ao grupo de amigos e colegas que fizeram meus anos de estudante de pós-graduação tão divertidos e intelectualmente estimulantes: Yanna Yannakakis, Aidan Downey, Lorrin Thomas, Abby McGowan, Deirdre Brill, Gabriela Ramos, Shefali Chandra, Fran Ryan, Jennifer Sessions, Butch Ware e Eve Buckley, minha companheira de viagem e moradia no Brasil.

Eu gostaria de agradecer sinceramente a Jeremy Adelman, tanto por ter me aceitado como sua aluna quanto por me apresentar à comunidade maravilhosa de latino-americanistas da Universidade de Princeton (e, por extensão, seus parceiros e parceiras), muitos dos quais se tornaram meus queridos amigos e também colegas admirados: Eduardo Elena, Ashli White, José Antonio Lucero, María Elena García, Meri Clark, Katie Holt, Todd Stevens, Alejandro Hope e, não menos importante, o homem que se tornaria meu marido, Jesse Hoffnung-Garskof.

Um dos grandes prazeres em escrever este livro foi o contato que me proporcionou com pesquisadores no Brasil. Pela recepção calorosa em seu país, pela orientação e pelos conselhos generosos em várias fases do projeto, eu gostaria de agradecer a João Reis, Jeferson Bacelar, Maria Inês Côrtes de Oliveira, Livio Sansone, Angela Lühning, Ricardo Benzaquen de Araújo, Silvia Lara, Hebe Mattos, Flávio Gomes, Tânia Salgado Pimenta, Christiane Santos, Lise Sedrez, Sátiro Nunes, Álvaro Nascimento, John Monteiro, Maria Helena Machado e Sidney Chalhoub. Agradecimentos especiais vão para Keila Grinberg e Flávio Limonicic, cujo conhecimento, bom humor e imensa hospitalidade familiar fizeram com que me sentisse em casa no Rio. Nas suas entrevistas comigo, Elisa Larkin Nascimento, José Maria Nunes Pereira e Alberto da Costa e Silva generosamente compartilharam suas experiências. Carolina Queiróz e Quincas Rodrigues forneceram ajuda valiosa para a minha pesquisa depois que voltei para os Estados Unidos. Mariana e Maurinete Lima, em São Paulo, e Elder Santos e Gloria de Moraes, na Bahia, me apresentaram a seus bairros e cidades e se tornaram bons amigos. Finalmente, embora sejam muitos para listar individualmente aqui, gostaria de expressar o meu enorme apreço por todas as pessoas dos muitos arquivos, bibliotecas e fundações que visitei, por sua disponibilidade e dedicação para orientar uma jovem pesquisadora estrangeira.

Logo no início do projeto, Jeff Lesser me disse que na academia dos Estados Unidos não havia grupo mais amigável e colaborador do que o grupo de brasilianistas. Ele estava certo. Desde os primeiros momentos do trabalho, tenho me beneficiado enormemente do incentivo, das críticas e dos conselhos dessa comunidade. Agradeço afetuosamente a Jeff Lesser, Barbara Weinstein, Jerry Dávila, George Reid Andrews, Christopher Dunn, Bryan McCann, Jeffrey Needell, Roderick Barman, John French, James Green, Michael Mitchell, Anani Dzidzienyo, Peter Beattie, Erica Windler, Victoria Langland, Scott

Ickes e a Marc Hertzman, um modelo de profissionalismo amigável e respeitoso. Também sou grata a Nancy Appelbaum e John Mack Faragher, que, embora não sejam brasilianistas, desempenharam um papel importante na criação do meu manuscrito.

Eu não posso imaginar o que teria sido este livro sem as interações com meus colegas brilhantes e dedicados da Universidade de Michigan. Trabalhar com eles foi uma experiência transformadora. Pelos comentários sobre partes ou rascunhos inteiros deste trabalho, eu gostaria de agradecer a Rebecca Scott, Paul Johnson, Richard Turits, Mary Kelley, Penny von Eschen, Kevin Gaines, John Carson, Matthew Countryman, Geoff Eley, Gina Morantz-Sanchez, Phil Deloria, Damon Salesa, Matthew Briones, Hannah Rosen, Tiya Miles, Julius Scott, Jean Hébrard, Sarita See, José Amador, Javier Sanjinés, Leslie Pincus, Rebekah Pite, Laura Halperín, Eugene Cassidy, e Emma Amador. Sueann Caulfield, minha querida amiga, mentora sábia, colega admirada e parceira fiel de corrida, dedicadamente leu vários rascunhos deste livro oferecendo cada vez uma perspectiva crítica instigante e um apoio entusiástico. Jesse Hoffnung-Garskof leu, editou e melhorou mais versões deste trabalho do que eu gostaria de lembrar. Espero ansiosa pela oportunidade de recomensar da mesma forma a ambos. Sou grata também pelo apoio e amizade dos colegas Sonya Rose, Michele Mitchell, David William Cohen, Lawrence LaFountain-Stokes, Cristina Moreiras-Menor, Gareth Williams, Farina Mir, Peggy McCracken, Ivonne del Valle, Dario Gaggio, Gustavo Verdesio e Kate Jenckes.

Muito obrigado a Elaine Maisner, minha editora na UNC Press, por ter acreditado no potencial do projeto em um estágio inicial, participando ativamente do seu desenvolvimento (muito poucos editores, eu imagino, viajam até a universidade da autora para assistir a um *workshop* de cinco horas de duração sobre o manuscrito) e ajudando até à conclusão. Três revisores anônimos da editora fizeram comentários e críticas de enorme valor; devo muito a eles. Agradeço muito, também, a Juan Hernández, Andrew Spears, Bob Lynch, Ekjyot Saini e Shannon Rolston por sua assistência com a pesquisa e a preparação do manuscrito, e especialmente a Liliana LaValle por sua ajuda fundamental de última hora.

Pelo apoio e amizade durante os meus longos anos de escrita, e longa distância, gostaria de agradecer aos meus queridos velhos amigos Julieta Pereira, Teresa Ko, Kira Kingren e Dave Kovel, e, aqui em Ann Arbor, aos amigos mais

recentes Sueann Caulfield, Bebete Martins, Tiya Miles, Joe Gone, Rebekah Pite, Shirli Gilbert, Eliza Parker, Damon e Jenny Salesa, Anne MacDougald, Caitlin Klein, Verónica Miranda, e Heather Halabu. Agradeço a Lori Hollander por sua sabedoria multifacetada. Por seu amor e apoio, acadêmico e em outras áreas, sou grata a Michele Hoffnung (exemplo e incansável defensora), Johnny Faragher, Bert Garskof, Ellen Lieberman, Josh e Deb Garskof, Sarah e Brian Aucoin, e Robert Garskof e Sharon Montesi. Meus sobrinhos Artie, Oscar, Jeremy, Sam e Gabriel, assim como minha sobrinha Emily, são fontes de alegria pura. Essas famílias têm feito com que eu realmente me sinta em casa aqui nos Estados Unidos.

Por me apresentar ao Brasil e me ensinar a amá-lo desde quando ainda era criança, agradeço à minha querida tia Zulma Alberto e a meu falecido tio Samuel Skiarski; meus primos Fernando e Adriana Skiarski foram meus primeiros (e meus favoritos) professores de português. Por me lembrarem quem sou e por me mostrarem o que posso alcançar, agradeço às minhas irmãs incríveis, Mariana e Cristina. Por me encorajarem a viajar e buscar meus interesses e realizações, mesmo deixando-os longe, agradeço aos meus amados pais, Néstor e Ana Alberto, a quem dedico este livro.

Pelo meu encontro com Jesse – meu amor e melhor amigo – e por me enviar Lalo e Pía – *mis chiquitines, pedacitos de mi alma* – agradeço à minha estrela da sorte.

A respeito desta edição brasileira, gostaria de agradecer à minha maravilhosa tradutora Elizabeth Martins, pelo trabalho e dedicação a este projeto. Sueann Caulfield, Keila Grinberg, Flavio Limoncic, Mariana Muaze e Carlos Alberto Medeiros colaboraram com comentários e sugestões importantes durante o processo, pelo que sou extremamente agradecida. Esta edição em português não teria sido possível sem o entusiasmo e o apoio da Editora da Unicamp no Brasil e, aqui na Universidade de Michigan, da Iniciativa do Brasil do Centro de Estudos da América Latina e o Caribe (The Brazil Initiative at LACS). Agradeço especialmente a Silvia Lara por levar este livro para a Editora da Unicamp.

# Sumário

<i>Introdução</i> .....	15
1 <i>Estrangeiros – São Paulo, 1900-1925</i> .....	41
“Sonha[ndo] ainda [com] a nossa... completa emancipação” .....	42
A “classe de cor” .....	49
“Homens de bem” .....	53
Fraternidade .....	61
“O que nos fere a alma” .....	67
“Estrangeiros... na própria terra” .....	77
“A feição estrangeira do problema” .....	80
“A África é para os africanos” .....	89
2 <i>Fraternidade – Rio de Janeiro e São Paulo, 1925-1929</i> .....	105
Uma verdadeira expressão da alma brasileira .....	108
“Digno da veneração deste povo” .....	119
“Hoje é o dia da Mãe Preta” .....	128
A “mãe dos brasileiros”, negros e brancos .....	135
A mãe da “raça mestiça triunfante” .....	143
3 <i>Nacionais – Salvador da Bahia e São Paulo, 1930-1945</i> .....	161
“A sombra e a pinta do negro” .....	163
Africanos .....	168
“Deus, pátria, raça e família” .....	181
Negros baianos .....	200
4 <i>Democracia – São Paulo e Rio de Janeiro, 1945-1950</i> .....	215
“O homem negro se movimenta” .....	217
“Para usar aquelas franquias” .....	232
Uma segunda abolição .....	236

“Iguais perante a lei... sem distinção de raça e de cor”.....	240
Democracia racial.....	247
Princípios científicos modernos, ou o tempo dos sociólogos.....	251
5 <i>Diferença – São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador da Bahia,</i>	
1950-1964.....	275
O melhor dos tempos, o pior dos tempos: Brasil, 1950-1964.....	279
“O racismo puro e simples” .....	281
Valores peculiares.....	292
Embaixada africana.....	306
“A ligar o que se desligara” .....	313
“O despertar da África”.....	318
Protagonistas da negritude .....	321
6 <i>Descolonização – Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo,</i>	
1964-1985.....	337
“O Brasil não tem minorias”.....	341
Quebrando o monopólio sobre a África.....	350
Intercâmbio Brasil-África.....	354
“Racismo negro” .....	365
Cultura negra, cultura brasileira .....	367
Uma síntese cultural e política.....	379
<i>Epílogo – De 1985 até o novo século</i> .....	405
<i>Bibliografia</i> .....	413
<i>Índice remissivo</i> .....	435



Brasil



## Introdução

*Por sobre os meus pobres ombros  
Que hoje não passam de escombros,  
Foi que se fez a chama  
Desta brasileira gente  
Que só de mim, cruelmente,  
Não se considera irmã...*

Lino Guedes, “Pelo amor de deus”. *Urucungo*, 1936.

Até 1888, quando o Brasil se tornou a última sociedade nas Américas a abolir a escravidão, o sistema escravista era tão abrangente como havia sido em qualquer outro lugar das Américas. A escravidão não era apenas o motor de uma economia brutal; era também um estilo de vida, o alicerce de uma sociedade profundamente hierarquizada e impregnada por distinções de cor e raça. Os estigmas de raça e servilismo associados com a escravidão africana não só atingiam os escravizados, mas também delineavam as vidas de uma vasta população de afrodescendentes livres. Após a abolição, a liberdade e a cidadania eram semelhantemente condicionadas pela desigualdade racial e de classe que sobreviveu e evoluiu na ausência da escravidão. Os brasileiros de descendência africana constituíam mais ou menos a metade da população do país no século após a abolição, mas representavam a maioria dos pobres e necessitados. Contudo, durante esse período muitos brasileiros de diversas raças e classes celebraram o aparentemente limitado impacto do passado escravagista. Para eles, séculos de escravidão não haviam produzido uma linha divisória rígida entre “brancos” e “negros,” e tampouco deixaram no Brasil um legado de violência racial e discriminação institucionalizada, como nos Estados Unidos. Muitos acreditavam que, pelo contrário, uma forma mais branda de escravidão tinha feito do Brasil depois da abolição uma sociedade singular, um lugar onde pessoas racialmente misturadas e culturalmente híbridas coexistiam em harmonia. No decorrer do século XX, tanto os governos democráticos como os autoritários transformaram a ideia de harmonia racial brasileira numa ideologia oficial.

Este livro examina o que os afrodescendentes pensavam sobre as desigualdades raciais e os discursos de harmonia racial que estavam no centro da vida pública brasileira no século XX, considerando principalmente as palavras e a

conduta dos intelectuais negros – um grupo de homens e algumas mulheres com um certo grau de instrução e *status* que tinham orgulho de sua herança racial ou cultural africana e desejavam representar outros brasileiros negros nos debates sobre raça e identidade nacional desde o início do século XX. O livro traça o surgimento de seus escritos e organizações na vida política e cultural dinâmica que se estabeleceu, guardadas as diferenças locais, entre os afrodescendentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Ao recuperar o trabalho desses pensadores, este livro oferece uma história intelectual e cultural da ideia de harmonia racial no Brasil do século XX, contada através das histórias de vida e das lutas ideológicas e políticas de um pequeno, mas influente grupo de homens e mulheres negros e negras.<sup>1</sup>

Nas últimas décadas do século XX, a maioria dos intelectuais negros e outros estudiosos da política negra brasileira argumentavam que as ideologias de harmonia racial tinham efetivamente impedido os brasileiros negros, mesmo os politicamente engajados, de desafiar ou compreender completamente as desigualdades raciais profundas e o racismo flagrante que os afrodescendentes enfrentaram ao longo do século após a abolição. Por essa razão, a maioria das histórias das políticas e do pensamento negro destaca as décadas de 1970 e 1980. Foi nessas décadas que integrantes de um movimento negro emergente rejeitaram as ideologias nacionais de harmonia racial, dando-lhes o rótulo de “mito” pernicioso que escondia de suas vítimas o racismo gritante do Brasil e enfraquecia qualquer tentativa de ação coletiva baseada em raça. A história daquela rebelião é geralmente contada, pelos ativistas negros e outros intelectuais, como o momento verdadeiro e definitivo de ativismo – um despertar atrasado da consciência racial, quando alguns brasileiros tiraram a venda dos olhos depois de um século de falsa liberdade e iniciativas políticas falidas.

Mas, por mais poderoso que esse momento tenha sido, ele não deve obscurecer a história igualmente importante de intelectuais negros de gerações anteriores. Desde as primeiras décadas do século XX, esses intelectuais desempenharam um papel fundamental na construção e na contestação das ideologias de harmonia racial desenvolvidas sobre o Brasil. Mesmo trabalhando sob muita pressão para endossarem essas ideologias e não se pronunciarem sobre a desigualdade racial, os intelectuais negros nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador encontraram formas de condenar publicamente a discriminação e reivindicar a sua inclusão como cidadãos brasileiros. Algumas vezes eles se apoiavam em denúncias abertas e diretas de

racismo, do tipo associado ao Movimento Negro do final do século XX. Mas também frequentemente endossavam ideologias nacionais de harmonia racial, retratando-as como ideais compartilhados de inclusão racial e exigindo que esses ideais fossem sustentados na realidade. Este livro procura entender esses diferentes momentos de ação e do pensamento político negro em épocas e lugares específicos, retratando-os como parte das lutas dos intelectuais negros para incorporar às ideologias brasileiras de harmonia racial um verdadeiro significado antirracista.

Contar a história do pensamento racial brasileiro do século XX da perspectiva dos intelectuais negros ajuda a revelar uma nova história das ideologias raciais. Embora os sujeitos deste estudo não fossem representativos da população em nome da qual eles afirmavam falar – em nenhum momento do século XX uma maioria de afrodescendentes brasileiros se identificou como “negra” ou se afiliou a causas baseadas explicitamente na raça –, suas perspectivas refletiam o que uma nova geração de pesquisadores identifica como atitudes populares, amplamente difundidas, sobre ideias de harmonia racial. Durante o longo século após a abolição, os afrodescendentes pobres ou da classe trabalhadora, longe de serem enganados pelas ideologias raciais dominantes, combinaram o entusiasmo pelo ideal de uma nação racialmente inclusiva com uma crítica lúcida sobre as formas como a desigualdade racial os afetava, bem como as pessoas à sua volta.<sup>2</sup> Os escritos dos intelectuais negros demonstram essa mesma agilidade conceitual em relação à ideia de harmonia racial e à experiência com a injustiça racial persistente. Este livro adiciona a crítica eloquente desses intelectuais negros à história das ideologias de harmonia racial brasileiras – da sua construção e contestação a partir de baixo.

Essa história do pensamento negro também revela que a “democracia racial”, o conceito mais comumente usado em referência às ideias brasileiras de harmonia racial, era de fato só uma entre várias articulações historicamente específicas de debates muito mais extensos sobre os termos nos quais, e através dos quais, os afrodescendentes seriam incluídos como cidadãos no Brasil após a abolição. Mais ainda, esses debates assumiram uma série de significados na cidade de São Paulo, a qual tinha uma identidade regional definida principalmente como branca e marcada pela imigração europeia, outros significados no Rio de Janeiro, onde mesmo os líderes brancos frequentemente celebravam a mistura cultural e racial, e ainda outros em Salvador, com sua maioria afrodescendente. Quando falavam do papel da raça na essência nacional do Brasil,

os intelectuais negros muitas vezes se referiam mais especificamente às tensões e transformações que estavam acontecendo nos bairros, cidades e regiões onde moravam. A história de inclusão racial do Brasil, então, é na verdade a história de como os intelectuais negros (e brancos), em diferentes partes do Brasil, fizeram com que suas visões histórica e geograficamente específicas das relações inter-raciais parecessem tanto nacionais como atemporais.

### *Origens da ideia de harmonia racial brasileira: Colônia e Império*

Quando e como o Brasil – uma nação construída com base no trabalho escravo de índios e africanos, e atualmente uma das sociedades mais desiguais do mundo – desenvolveu a reputação de paraíso racial? E como a questão da raça em uma sociedade com uma história complexa de colonização indígena, imigração europeia e escravidão africana passa a ser entendida principalmente a partir das relações entre brancos e negros? Para responder a essas perguntas vamos voltar momentaneamente a um tempo anterior ao começo da nossa história.

Quando os portugueses chegaram, em 1500, o território que viria a ser o Brasil tinha uma grande população indígena, estimada entre um e sete milhões de pessoas.<sup>3</sup> Como em outros lugares da América Latina, os colonizadores tentaram recrutar os indígenas como força de trabalho. Mas, em contraste com o que ocorria nas grandes sociedades hierarquizadas da Mesoamérica e dos Andes, era difícil controlar as sociedades indígenas do Brasil de forma centralizada. Os nativos brasileiros eram caçadores e coletores que viviam espalhados ao longo da costa atlântica e no vasto interior do continente, falando mais de cem línguas diferentes. A capacidade dos índios de escapar das fazendas do litoral, o declínio demográfico acentuado em consequência da exposição a doenças europeias e a oposição da Coroa à sua escravização fizeram com que os colonizadores portugueses ao longo do século XVI procurassem cada vez mais o trabalho escravo dos africanos.<sup>4</sup>

Já em meados do século XVIII, os índios e os africanos ocupavam categorias legais e condições sociais distintas. Na década de 1750, a Coroa instituiu uma série de reformas para colocar mais formalmente a população indígena sob proteção do Estado colonial e acelerar o seu processo de assimilação. Portugal

reinstaurou as proibições à escravização dos índios (prática que continuava ilegalmente em algumas áreas), acabou com a tutela das ordens religiosas nos assentamentos indígenas e declarou que os índios eram vassalos livres do rei. Novas leis também aboliram as distinções entre brancos e índios, livrando-os do estigma de “sangue impuro” e incentivando abertamente o casamento entre as mulheres indígenas e os homens portugueses (que constituíam a maioria dos colonizadores).<sup>5</sup>

Essas reformas claramente não atingiram os africanos nem seus descendentes, que na época carregavam o peso esmagador do trabalho da colônia. Como se fosse para ressaltar essa distinção, um decreto de 1775 para proteção dos índios contra a “infâmia” proibia “a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem *Negros*”, um “abominável abuso”, um termo de “vileza”.<sup>6</sup> Embora muitos escravos tenham conseguido a liberdade, as autoridades coloniais impunham restrições contra as pessoas de ascendência africana, geralmente sem considerar a sua condição legal de escravo ou livre. Os negros eram proibidos de portar certos tipos de armas, usar roupas finas e ocupar postos governamentais ou religiosos.<sup>7</sup> Em contraste com o incentivo ao casamento de homens portugueses com mulheres indígenas, a Coroa desaprovava as relações entre os colonizadores portugueses e as mulheres africanas ou afrodescendentes. No entanto, essas relações existiam tanto na forma de uniões mais permanentes como, com mais frequência, na forma de encontros sexuais temporários, violentos ou extremamente desiguais.<sup>8</sup>

Apesar das leis e atitudes que os estigmatizavam, os africanos tornaram-se cada vez mais visíveis como colaboradores para o desenvolvimento das regiões mais ricas e influentes da colônia, incluindo as três cidades que são o foco deste livro. Nos séculos XVI e XVII o trabalho dos escravos na produção de açúcar enriqueceu a cidade de Salvador, a capital colonial do Brasil. No começo do século XVIII, o rápido crescimento das minas de ouro e diamante no interior de Minas Gerais criou uma nova demanda pelo trabalho escravo. Rapidamente, a cidade do Rio de Janeiro superou Salvador e tornou-se o porto mais importante do tráfico de escravos. Em 1763, substituindo Salvador, o Rio de Janeiro passou a ser a capital colonial. A mudança da riqueza e da escravidão para o sudeste da colônia continuou no final do século XVIII e começo do século XIX, quando os fazendeiros passaram a utilizar a mão de obra escrava nas extensas e extremamente lucrativas plantações de café nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>9</sup>

Em 1822, fazendeiros, políticos, comerciantes e até mesmo a Família Real portuguesa mapearam um caminho cauteloso em direção à Independência do Brasil. Na esperança de evitar um conflito revolucionário que pudesse perturbar a expansão do trabalho escravo ou inspirar uma revolta generalizada, membros da elite brasileira colocaram Pedro I, filho de D. João VI, como chefe de um império brasileiro independente.<sup>10</sup> Nas décadas subsequentes, a economia de exportação baseada na escravidão prosperou. Mas, em 1850, respondendo a pressões diplomáticas externas, bem como a preocupações internas sobre os perigos de uma população cada vez mais africanizada, o jovem imperador Pedro II e seu parlamento finalmente puseram fim ao tráfico de escravos para o Brasil. Um tráfico interno tirou escravos da indústria açucareira do Nordeste, que estava em declínio, e forneceu temporariamente mão de obra para as plantações de café em expansão do Sudeste. Mas logo ficou evidente que, sem o comércio transatlântico, a escravidão no Brasil estava condenada. Enfrentando a escassez de mão de obra, revoltas e deserções, muitos senhores começaram a alforriar seus escravos na esperança de mantê-los como trabalhadores e dependentes. Com a pressão abolicionista e a crescente resistência escrava, Pedro II e seu parlamento aprovaram uma série de leis nas décadas de 1860 e 1870 visando eliminar progressivamente a escravidão, e, em 1888, a princesa Isabel assinou a lei que aboliu a escravidão no Brasil.<sup>11</sup>

O desgaste do sistema escravista que começou em meados do século XIX serviu de pano de fundo para algumas das primeiras expressões literárias e artísticas sobre a ideia de harmonia racial no Brasil. No entanto, foram os índios, e não os negros, que os artistas brasileiros, romancistas e historiadores inicialmente colocaram no centro de novas narrativas sobre a mestiçagem ou a coexistência pacífica. Os índios – particularmente o extinto Tupi – tornaram-se símbolo de um nobre, mas maleável “outro” racial, que gradualmente se retirava, assimilava ou desaparecia em face da superioridade europeia.<sup>12</sup> Tais relatos sobre o desaparecimento dos índios surgiam mesmo enquanto o governo brasileiro concentrava os “índios mansos” em assentamentos controlados pelo Estado e travava guerra contra os “índios bravos” nas fronteiras do Império, os quais via como obstáculos à civilização. O governo imperial também foi conivente com a expropriação de terras indígenas (contrariando a proteção explícita da lei) e fez vista grossa para as práticas de trabalho que exploravam os que ficaram sem suas terras.<sup>13</sup> Enquanto isso, a Constituição de 1824 não fez menção alguma à existência de índios no Brasil. E, embora o